



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO SETORIAL DE ENERGIA ELÉTRICA**

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO CT- ENERG

Data: 20 de novembro de 2006

Local: Sala dos Conselhos

Horário: Das 14h às 18h

1 - PRESENTES

1.1 - Membros Titulares do Comitê Gestor:

Luiz Antônio Elias (Presidente)	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT
Fernando Nielander Ribeiro	Agência FINEP
Elizabeth Ferreira Cartaxo	Comunidade Científica
José Luiz Pereira Brittes	Setor Empresarial
Luis Cláudio Silva Frade	Setor Empresarial
Jaconias de Aguiar	ANEEL

1.2 - Secretaria Técnica – SETEF / Agências e Participantes:

Carlos Alberto Pittaluga Niederauer	CNPq
Eduardo Soriano	MCT
Rita Rodrigues de Assunção	MCT
Eloiza Thompson	MCT
Laércio de Sequeira	FINEP
Adelson Gomes Ferraz	MME/CHESF
Marco Delgado	ABRADEE

2 - PAUTA DA REUNIÃO

1. Balanço das Ações executadas – Relatório de 2005 - ASCOF;
2. Balanço das Ações de 2006 – Agências Executoras;
3. Proposta orçamentária para 2007;
4. Início do planejamento das ações para 2007;
5. Outros assuntos.

3 - ANDAMENTO DA REUNIÃO

3.1 - Abertura:

Iniciando a reunião, o Presidente do Comitê Gestor, Dr. Luiz Antônio Elias, cumprimentou os presentes e pediu desculpas pelo seu atraso. Explicou que sua demora devia-se à realização de uma reunião na Casa Civil com a Ministra Dilma e outros Ministros ligados à temática de energia do Governo Federal. Tal reunião tinha como objetivo a deliberação de questões como, por exemplo, o Fórum Internacional sobre Biocombustível, que tem suscitado um interesse muito grande por parte de organismos internacionais e pesquisadores de renomadas universidades americanas. Em vista disso, o Governo Federal estava centralizando todas as discussões na Casa Civil, a fim de implementar ações mais integradas e colaborativas. Afirmou ainda que uma das questões centrais seria a hidrólise enzimática, cujo financiamento poderia render duas patentes ao Brasil, permitindo um salto tecnológico significativo nessa área.

Em seguida, apresentou a pauta da reunião e fez um rápido comentário sobre o relatório de execução das ações de 2005, constante nas pastas dos presentes. Comentou também o balanço das ações de 2006, a execução e o saldo remanescente do valor inicialmente previsto. Em relação ao orçamento, teceu alguns comentários sobre o corte linear realizado pelo Governo Federal em todos os Ministérios e programas, com vistas a fazer frente às contas públicas. Mencionou que esse corte estava ocorrendo paulatinamente, mas afirmou que havia possibilidade de surgirem recursos adicionais, tendo em vista negociações realizadas junto aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Dando seqüência, afirmou que estava sendo finalizada uma proposta junto ao Ministério da Fazenda sobre um processo de descontingenciamento permanente dos fundos setoriais. A intenção era estabelecer um patamar de 5% em 2008, 15% para 2009 e zero para 2010, significando um avanço significativo.

Dando continuidade, o Presidente solicitou aos membros do comitê que se apresentassem. Feito isso, pediu a todos que verificassem o relatório de execução das ações de 2005 e informou que qualquer observação poderia ser feita ao longo da reunião ou posteriormente através de e-mails. Finalmente disse que a execução das ações de 2006 seria apresentada pelo CNPq e pela FINEP. Em seguida, solicitou que o Sr. Carlos Alberto Pittaluga, representante do CNPq, iniciasse sua apresentação.

Apresentação CNPq (**Anexo I**)

O Sr. Pittaluga demonstrou a situação do que havia sido executado até novembro de 2006. Fez uma rápida explanação sobre o andamento das ações autorizadas pelo Comitê e apresentou o resumo dos resultados dos editais e das encomendas. Comentou também sobre as quatro ações transversais e as três verticais sob responsabilidade daquela agência (a apresentação consta do **Anexo I**).

Em seguida, o Presidente do Comitê agradeceu ao Sr. Pittaluga e abriu a sessão para os questionamentos relativos à apresentação.

O Sr. Luis Cláudio Silva Frade, representante do Setor Produtivo e da Eletronorte, ressaltou o foco que se dá na Amazônia com o lançamento dos editais, especificamente com relação a grupos de pesquisa de pós-graduação não consolidados e ao programa PROSET para estimular a fixação de doutores. Por outro lado, demonstrou preocupação com o desenho desses editais, tendo em vista que na Amazônia há cinco estados que não têm curso de graduação em engenharia elétrica. Comentou que iria participar de uma reunião com reitores das universidades da Amazônia e com o Secretário de Ensino Superior do MEC e que gostaria de saber da viabilidade de apresentar uma proposta de ação casada do CT-Energ ou MCT com o MEC para consolidar tal implantação desses cursos. Afirmou ainda que, segundo estudos preliminares realizados pelos reitores das universidades da região, seriam necessários cerca de R\$ 25 milhões, em dois ou três anos, para viabilizar a idéia e salientou que não adiantava colocar cursos de mestrado e especialização sem a implantação de

cursos de graduação. Finalmente, sugeriu a possibilidade de se fazer um projeto de criação de uma rede amazônica de conhecimento energético em que todas as instituições da Amazônia pudessem estar falando de engenharia elétrica e problemas do setor energético no mesmo nível.

Na seqüência, o Sr. Adelson Ferraz, do Ministério de Minas e Energia, lembrou que no ano anterior aquele Ministério, por intermédio de seu representante, havia apresentado uma proposta de ação transversal voltada para a implantação dos cursos citados pelo Sr. Frade. Disse que seria importante haver uma seqüência, isto é, uma continuidade do processo, bem como um acompanhamento por parte do Comitê para saber o andamento desses projetos e se estão tendo êxito ou não. O Presidente do Comitê considerou a proposta de extrema importância e sugeriu que se iniciasse um estudo a respeito e afirmou considerar possível a implementação do projeto sugerido pelo Sr. Frade.

Em relação à colocação do Sr. Adelson sobre o acompanhamento dos projetos, o Presidente do Comitê informou que o MCT estava terminando um trabalho de avaliação e monitoramento das ações dos Fundos Setoriais com o CGEE. Disse que já havia visto as primeiras análises e que acreditava que em breve seria disponibilizado um relatório técnico que permitiria aos Comitês Gestores tomarem conhecimento dos investimentos realizados.

Finalizadas as discussões, o Presidente do Comitê solicitou ao Sr. Fernando de Nielander Ribeiro, da FINEP, que fizesse sua apresentação.

Apresentação FINEP (Anexo II)

Após cumprimentar os presentes, o Sr. Fernando esclareceu que o foco central da apresentação era mostrar um panorama geral sobre a situação das ações que se encontram em andamento na FINEP, relativamente ao calendário de 2006, como também sobre as ações de exercícios anteriores que impactaram o orçamento de 2006 e vão impactar o de 2007. Em seguida, pediu ao Sr. Laércio Sequeira, também da FINEP, que apresentasse as planilhas elaboradas pela agência. O Sr. Laércio, inicialmente, fez uma retrospectiva dos anos de 2001 a 2005 mostrando as ações autorizadas pelo comitê, as encomendas e os editais lançados, bem como a atual situação de cada um deles. Em seguida, falou sobre as ações transversais e verticais de 2006, comentando o andamento de cada uma delas, os valores aprovados e a fase em que se encontram. Encerrou a apresentação colocando-se à disposição para prestar esclarecimentos. O Presidente do Comitê abriu a sessão para os questionamentos com relação à apresentação da FINEP.

O Sr. Frade falou sobre os recursos que foram contingenciados e indagou se existia alguma orientação relativa à liberação desses valores. O Presidente respondeu que não acreditava na possibilidade de utilização daquele dinheiro no médio prazo. Na opinião dele, o melhor seria trabalhar para tentar o descontingenciamento futuramente, tendo em vista que tais valores haviam sido destinados para equilibrar as contas públicas. A Professora Elizabeth Ferreira Cartaxo, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, solicitou esclarecimentos quanto às orientações que norteariam o Comitê Gestor para concentrar o maior volume de recursos em ações encomendadas em comparação com o número de editais abertos. A partir desse histórico experimentado até o momento seria possível avaliar a estratégia de ação adotada considerando que o edital público oportuniza melhor a apresentação de propostas, mostrando-se mais democrático. O Presidente informou que os instrumentos disponíveis estavam sendo utilizados de forma a contemplar programas mais estruturais ou programas mais amplos do Ministério e citou alguns exemplos como a encomenda para aparelhamento de toda a EMBRAPA na área de agroenergia. Segundo ele, como o projeto envolvia uma continuidade de trabalho, não caberia fazer um edital, sendo necessária uma encomenda. Ressaltou, porém, que tal observação era importante e que era indispensável dar transparência às ações implementadas com recursos públicos. O Sr. Fernando complementou esclarecendo que no início da aplicação dos recursos do CT-Energ, não havia tempo hábil para um processo mais aberto, sendo preciso consolidar um conjunto de demandas de caráter quase emergencial para uma primeira aplicação. Continuando, disse que, atualmente, trabalha-se com as encomendas naqueles casos em que há alguma vertente estratégica ou específica a considerar.

Em seguida, o Presidente passou para a discussão do terceiro e do quarto itens da pauta - orçamento de 2007 e planejamento das novas ações. Iniciou pedindo que verificassem a planilha das ações de 2006 constantes nas pastas e esclareceu que a aprovação das ações pelo Comitê foi baseada no valor de R\$ 111 milhões. Entretanto quando houve a aprovação do orçamento pelo Congresso Nacional, esse valor caiu para R\$ 99 milhões, o que gerou um saldo negativo. Segundo ele, o déficit chegava à casa dos R\$ 18 milhões. Explicou que esse cenário, porém, não impediria a discussão de uma programação para 2007, tendo em vista que as ações aprovadas em 2006 não seriam implementadas num momento só, distribuindo-se ao longo de vários períodos. Sugeriu, então, que o Comitê iniciasse os procedimentos de trabalho do orçamento de 2007, com plena cautela, procurando avaliar as ações prioritárias e as mais estruturantes, a fim de encaminhar as propostas de ações até meados de dezembro. Comprometeu-se a informar aos membros como estava sendo a liberação e quais as ações que estavam em curso para que, no início do ano, se fizesse uma nova convocação do Comitê para as deliberações definitivas. O Presidente afirmou esperar que, até aquela data, a FINEP já possa informar, de forma mais precisa, o saldo adicional que o MCT terá para dar continuidade aos projetos já existentes, bem como para implementar as ações do ano seguinte.

O Sr. Frade fez um questionamento com relação à planilha-resumo do orçamento de 2006 que, segundo ele, não foi muito clara quanto aos valores, notadamente no tocante à diferença de R\$ 15 milhões entre o que foi aprovado pelo Comitê e a situação atual. O Sr. Fernando Ribeiro esclareceu que, quando se iniciou o processo de planejamento das ações de 2006, nas reuniões ocorridas em janeiro e fevereiro, ficaram definidas as principais ações transversais e verticais. Naquela ocasião, foi definido um valor estimado para cada uma das ações. Alguns editais, contudo, acabaram tendo uma demanda qualificada superior ao que estava inicialmente previsto e se julgou pertinente e adequado ampliar o valor destinado. Ressaltou, porém, que não houve inclusão de nenhuma ação que não tivesse sido originariamente aprovada pelo Comitê Gestor ou pelo Comitê de Coordenação, mas apenas uma ampliação de valores de ações com demanda qualificada.

Diante desses questionamentos, e para esclarecer melhor o andamento do processo, o Presidente se comprometeu a apresentar, já na reunião seguinte, uma planilha mais analítica, auto-explicativa, onde conste o estado em que se encontra cada uma das ações transversais e verticais aprovadas em 2006.

O Sr. Adelson lembrou que, conforme orientações anteriores, os membros do Comitê deveriam encaminhar suas sugestões para as ações transversais de 2007 até o dia 24 de novembro e solicitou ao Presidente do Comitê que fosse enviado aos membros, o mais brevemente possível, um diagnóstico do que foi proposto para ações transversais de 2006 e quais foram as propostas contempladas. Na seqüência, indagou também sobre a possibilidade de se fazer uma reunião com a equipe técnica do MCT, a fim de que os membros fossem orientados no tocante à consistência dos projetos apresentados.

O Sr. José Luiz Pereira Brittes, representante do Setor Empresarial, complementando o que foi proposto pelo Sr. Adelson, afirmou considerar importante haver uma contrapartida, ou seja, não só as propostas apresentadas pelos membros deveriam ser norteadas pela visão dos técnicos do MCT, mas também que os técnicos absorvessem a visão do que o setor empresarial tem. Disse acreditar que a razão de estarem fazendo parte desse processo era trazer também a impressão do setor empresarial, complementando esforços com os setores acadêmico e governamental. O Presidente concordou com a colocação do Sr. Brittes e afirmou considerar de fundamental importância a participação do setor empresarial nessa iniciativa. Citou alguns exemplos de programas que já estavam em andamento, como a questão da subvenção econômica, voltada para pequenas e médias empresas. Em seguida, respondendo ao questionamento feito pelo Sr. Adelson quanto à apresentação de um diagnóstico das propostas de ações transversais, sugeriu que se fizesse uma videoconferência com as equipes da FINEP e do MCT para elaboração de um quadro das ações transversais propostas. Solicitou ao Sr. Soriano, técnico do MCT, que o auxiliasse neste sentido. O Sr. Adelson perguntou se isso não poderia ser feito logo após a reunião e propôs que ele e os técnicos da FINEP e do MCT ficassem na sala por mais dez ou quinze minutos para discutirem as questões apresentadas.

O Presidente concordou, contudo, sugeriu que uma reunião mais técnica fosse realizada em outra data, tendo em vista a necessidade de se tratar de questões relativas não apenas a recursos, mas também, ao planejamento. Propôs também a realização de um workshop que tivesse como objetivo produzir um planejamento mais global das ações a serem implementadas no decorrer do ano.

O Sr. Fernando informou que existiam alguns documentos já gerados pelo MCT para prospecção tecnológica na área de energia. Tais documentos foram trabalhados, mas não se teve oportunidade de discutir e fazer um planejamento com base no diagnóstico das demandas, dos gargalos e das necessidades. Também disse considerar importante a realização de uma reunião para se tratar desse assunto, no entanto, sugeriu que se olhasse não apenas para o ano, mas para um horizonte mais amplo, de quatro ou cinco anos, e que esse plano pudesse ser atualizado e revisado a cada ano. O Presidente concordou com a colocação do Sr. Fernando.

Finalmente, o Presidente indagou se alguém mais gostaria de se manifestar. Não havendo novas colocações, informou que a próxima reunião do Comitê Gestor seria para demonstração do quadro analítico, com esclarecimento da situação orçamentária e de execução de 2006, além da previsão para 2007. Propôs que se viabilizasse a realização do workshop antes da realização da reunião para que o planejamento fosse mais consolidado. Após a concordância de todos e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos.

7 - ASSINATURAS

LUIZ ANTONIO ELIAS

Presidente do Comitê Gestor

FERNANDO NIELANDER RIBEIRO

Representante da FINEP

ELIZABETH FERREIRA CARTAXO

Representante da Comunidade Científica

JACONIAS DE AGUIAR

Representante ANEEL

JOSÉ LUIZ PEREIRA BRITTES

Representante Setor Empresarial

LUIS CLÁUDIO SILVA FRADE

Representante Setor Empresarial

ANEXO I

ANEXO II